



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 25/2021

Período: 17/07/2021 - 23/07/2021

GEDES – UNESP/UNIFESP

- 1- Gestão de Pazuello na Saúde é alvo de novos questionamentos sobre irregularidades
- 2- Colunas opinativas avaliaram participação de militares da ativa no governo
- 3- Investigação aponta que militares de alta patente raramente são punidos
- 4- “Teto duplo” de Portaria do Ministério da Economia concedeu tratamento privilegiado a militares no governo
- 5- Jornal lembrou crise entre militares e filho do presidente a respeito de software de espionagem no Brasil
- 6- Especialistas comentaram a “PEC Pazuello”, que busca limitar militares em cargos civis
- 7- Militares serão investigados por irregularidades em licitações
- 8- Segundo colunista, ex-presidente do Superior Tribunal Militar é crítico do governo
- 9- General comenta desgaste na imagem das Forças Armadas
- 10- Ministério Público Federal reuniu provas de que militares e agentes da Abin furaram a fila da vacinação, com aval da Defesa
- 11- Jornais apontam demissão de general Ramos da Casa Civil
- 12- Ministro da Defesa adverte que, sem voto impresso, não haverá eleição em 2022
- 13- Colunistas comentaram gestão de Braga Netto no Ministério da Defesa e relação de Bolsonaro com militares
- 14- Tenente da reserva do Exército ameaça indígenas isolados no Amazonas
- 15- Ministério da Defesa inaugura antena de fiscalização ambiental

1- Gestão de Pazuello na Saúde é alvo de novos questionamentos sobre irregularidades

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, um vídeo divulgado pela *Folha* em 16/07/21 mostrou o então ministro da Saúde, o general da ativa Eduardo Pazuello, negociando doses da vacina Coronavac em uma reunião no dia 11/03/21. No vídeo, Pazuello se comprometeu a fechar um contrato para a compra de 30 milhões de doses da referida vacina a partir de uma empresa intermediária pelo valor de US\$ 28 por dose, quase o triplo do valor negociado com o Instituto Butantan, US\$ 10. De acordo com os jornais, a reunião não constava na agenda oficial do então ministro, e ocorreu no gabinete do então secretário-executivo da pasta, o coronel

da reserva do Exército Elcio Franco. Em depoimento para a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19 em 19/05/21, Pazuello afirmou que não liderou a negociação com a empresa Pfizer para a compra de vacinas porque um ministro "jamais deve receber uma empresa". Após a divulgação do vídeo, o ex-ministro Pazuello publicou uma nota na qual reafirmou que não negociou a compra de vacinas e que se encontrou com os representantes da intermediária brasileira já condenada por fraude em importação, World Brands, apenas depois da reunião de outros funcionários com a comitiva. Segundo os jornais, o laboratório SinoVac, responsável pela vacina desenvolvida conjuntamente com o Butantan, afirmou que "APENAS (em letras garrafais, na resposta em inglês) o Instituto Butantan pode oferecer a Coronavac no Brasil". Ainda, na mesma nota, o general da ativa requereu um "pedido de direito de resposta" à *Folha*, mas, usando o vídeo como prova das contradições declaradas por ele em seu depoimento à CPI da covid-19 e na nota publicada, o periódico negou o direito de resposta solicitado. Além disso, segundo o *Correio*, a *Folha* e o *Estado*, no dia 18/07/21, após sair do hospital onde estava tratando um caso de obstrução intestinal, o presidente da República, Jair Bolsonaro, defendeu publicamente o ex-ministro e o coronel Elcio Franco. Na ocasião, o mandatário disse que não houve superfaturamentos, irregularidades ou ilícitos cometidos no encontro, visto que ele foi gravado, não tendo sido "algo secreto". Ademais, segundo o presidente, "muitas pessoas foram recebidas no ministério", além de caracterizar como comum que "lobistas" e "picaretas" sejam recebidos em Brasília. Porém, ainda assim, Bolsonaro frisou que as negociações "não deram mais que um passo" e que o governo "não gastou um centavo com picareta", parabenizando assim Pazuello e o coronel Elcio Franco por terem impedido que o processo fosse adiante. Na visão do *Correio*, o presidente estaria minimizando as denúncias de irregularidades com essas respostas. Como réplica ao vídeo divulgado pela *Folha* e à resposta de Bolsonaro, o senador e presidente da CPI da covid-19, Omar José Abdel Aziz, disse que está claro que Pazuello mentiu no depoimento para a CPI, já que o general disse não negociar pessoalmente imunizantes; completando que Bolsonaro, o qual também foi acusado pelo senador de mentir, "perdoa, passa a mão por cima" do ex-ministro da Saúde, mantendo no seu gabinete tanto Pazuello quanto o coronel Elcio Franco. Na mesma ocasião do dia 18/07/21, Bolsonaro também voltou a dizer que só pretenderá tomar a vacina contra a covid-19 depois da imunização total do Brasil, dizendo que "aprendi no Exército, primeiro os subordinados, primeiro quem tá [sic] atrás de mim". Em coluna à *Folha*, o jornalista Vinicius Torres Freire afirmou que tais tratativas para aquisição de vacinas com empresas irregulares, como a World Brands, foram facilitadas quando o "negociante [tinha] amigo militar, pastor ou propagandista do bolsonarismo". "Qualquer picareta", segundo Freire, fechou "negócio com os coronéis da Saúde e [ganhou] tapinha nas costas de Eduardo Pazuello", revelando uma preocupante "zorra na administração pública" da negociação de vacinas. Na mesma perspectiva, o jornalista e colunista da *Folha*, Bruno Boghossian, argumentou que as revelações da CPI da covid-19 e do vídeo provaram que a equipe do ex-ministro operou no "ramo das vacinas fantasmas". De acordo com Boghossian, "os casos [foram] tão absurdos" que mesmo o argumento de desconhecimento ou incompetência por parte daqueles que participaram das negociações fraudulentas "não vai colar". Do mesmo modo, para o jornalista e colunista da *Folha*, Jânio de Freitas, essa reconhecida falta de conhecimento técnico de Pazuello sob o comando da pasta da Saúde

ocasionou “centenas de milhares de mortes”. O jornalista sustentou, ainda, que “Pazuello é um general da ativa e um teste ativo, [combinação] de condições cujo resultado, dentre várias hipóteses do ruim ao péssimo, não pode ser previsto”. Mas a despeito das descobertas da CPI da covid-19, o militar está “protegido até além da proteção gozada pelos generais”. Por fim, para a colunista do *Estado*, Eliane Cantanhêde, a reunião do ex-ministro com a World Brands se revelou como uma “patetada incrível” pautada não só pela “incompetência e disputa política, mas [também pela] fusão do negacionismo doentio de Bolsonaro com interesses escusos de setores do governo”. Na visão de Cantanhêde, o caso foi uma representação simbólica de “militares que, ou estavam mais perdidos do que cego em tiroteio, ou curtindo o tiroteio” em meio à pandemia. Diante disso, Pazuello precisa, segundo a jornalista, “voltar à CPI da Covid-19 e se explicar”. Em editorial, o periódico *Folha de S. Paulo* categorizou como uma “balbúrdia administrativa” o conteúdo do vídeo de Pazuello, e avaliou que, em contramão, Bolsonaro considerou o registro uma prova da inocência do ex-ministro. O editorial ponderou que o episódio manchou ainda mais a imagem das forças armadas, demonstrando a emergência em aprovar a proposta de emenda constitucional (PEC) que limita o acesso de militares a funções civis, sendo importante, inclusive, para a preservação das forças armadas. (Correio Braziliense - Política - 17/07/21; Correio Braziliense - Política - 19/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 17/07/21; Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 18/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 18/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 19/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 18/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 19/07/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 20/07/21)

2- Colunas opinativas avaliaram participação de militares da ativa no governo

Em coluna opinativa para o periódico *Folha de S. Paulo*, o professor da Universidade Federal de São Carlos, João Roberto Martins Filho, recordou uma tradição de filósofos e teóricos, como Maquiavel, Tocqueville, Clausewitz e Huntington, que consideravam papel dos militares se ater apenas à “atividade-fim de sua profissão” em vez da política, mas que as Forças Armadas brasileiras até hoje não aceitaram esse ensinamento. O professor afirmou que a presença dos militares na política segue no centro de sucessivos tensionamentos com autoridades civis, o que coloca em risco a disciplina dos quartéis e danifica a imagem da instituição perante a sociedade. Por fim, Martins Filho recordou pesquisa que aponta que “a maioria dos brasileiros já considera que oficiais da ativa não devem se imiscuir na política”, e que cumpriria impedir por lei que isso aconteça, através de um período de quarentena ou o requisito de deixar a carreira militar, uma vez que “numa democracia, mesmo a nomeação de oficiais da reserva deve ser a exceção e não a regra”. Já o tenente-coronel Durval Lourenço Pereira, mestre em operações militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército, em coluna para o mesmo jornal, afirmou ser um “dever patriótico” do cidadão fardado se interessar pela política do país, “ao invés de se conservar indiferente ou subserviente ao governo”. O tenente-coronel afirmou ainda que a presença de militares em cargos do governo “deveria ser até desejável”, frente à experiência em administração pública e “conhecimento bem acima da média” por parte dos oficiais, e afirmou que as atuais limitações da Constituição são “vingança dos que tiveram seus projetos de poder ceifados em 1964”. Pereira atribuiu o novo projeto de lei para limitar a

presença de militares da ativa em postos da administração pública à uma hipocrisia de um "establishment", que tenta "abalar o prestígio da classe fardada" com uma "agenda ambientalista-globalista" e "massiva doutrinação ideológica da população, nos moldes do socialismo bolivariano". Por sua vez, o professor de Direito da Fundação Getúlio Vargas, Oscar Vilhena Vieira, em coluna para a *Folha*, recordou o histórico de participação direta dos militares brasileiros em nove crises políticas no último século, com interesses corporativos desempenhando importante papel na decisão de interferir no processo político do país, e que as três décadas de abstinência política pós-1988 "foram marcadas por um crescente ressentimento dos militares com governos civis, em função de alterações na carreira e regime previdenciário, falta de recursos para projetos estratégicos, assim como pela criação da Comissão Nacional da Verdade". O professor afirmou que, o exemplo do general norte-americano Mark Milley, que segundo o livro "*I Alone Can Fix It*" se negou a aderir "aos delírios antidemocráticos de Trump", os militares brasileiros devem compreender que "o fato de deterem o monopólio da violência impõe que se abstenham do jogo político" democrático, bem como de aceitar cargos no governo e "soltar notas temerárias contra as instituições democráticas". Também em coluna opinativa à *Folha*, o mestre em ciências militares, Marcelo Pimentel Jorge de Souza, afirmou que o país é, hoje, governado por um grupo informal e coeso composto por militares, denominado "partido militar". Formado por generais e coronéis da "geração de 1970", esse partido representaria mais do que uma simples ala militar, uma vez que tem buscado "conquistar e se manter no poder". Também chamado "partido fardado", o grupo é fruto da interação de três elementos, segundo Souza: a politização das Forças Armadas, a militarização da política e da sociedade, e a pretensão de poder político com características autoritárias. Para além de expressarem opiniões, generais e coronéis tomaram decisões e mudaram os rumos da política desde a chegada ao poder, com a presidência de Jair Bolsonaro: o "núcleo restrito de militares, que controla, orienta e gerencia o governo, o presidente e as narrativas sobre seus papéis políticos", mostrou-se como um "verdadeiro partido político". De acordo com Souza, a constituição de tal "partido fardado" se revelou arriscada e imprópria, dado que o movimento em direção à política abala "os alicerces da muralha que deve manter as Forças Armadas de países livres e democráticos em seu espaço institucional". A falta de punição àqueles que descumpriram normas e regimentos também contribuiu para o enfraquecimento dos alicerces democráticos que envolvem as Forças. Nesse sentido, Souza sustentou, por fim, que somente por meio do poder civil – representado pelo voto de parlamentares, de juízes e do eleitor – será possível reconstruir a "muralha" que vem sendo destruída pelo partidarismo e pela inconstitucionalidade da "geração de 1970". Já em coluna opinativa ao *Correio Braziliense*, o jornalista Luiz Carlos Azedo comentou que os integrantes das Forças Armadas que ocupam posições no governo "são patriotas com aptidões que podem ser muito úteis nas atividades civis, mas não têm a competência dos técnicos e gestores públicos de carreira". Segundo Azedo, a atual presença de militares no poder tem representado uma "tutela militar [que é a] gênese do autoritarismo corporativista [...] incompatível com a Constituição de 1988". De acordo com o jornalista, uma pesquisa revelou que existem, hoje, cerca de 6,2 mil oficiais nos altos escalões do governo que são, sobretudo, da ativa. Tais números demonstram, para Azedo, uma subversão da hierarquia militar e uma ameaça à democracia, que se revelou, por exemplo, no envolvimento de

membros das Forças Armadas em “negociações onerosas” de vacinas: metade dos investigados pela Comissão Parlamentar de Inquérito da covid-19 nesse âmbito possui alguma patente militar. (Correio Braziliense - Política - 18/07/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 17/07/21; Folha de S. Paulo - Cotidiano - 17/07/21; Folha de S. Paulo - Ilustríssima - 18/07/21)

3- Investigação aponta que militares de alta patente raramente são punidos
Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a impunidade nas altas patentes das Forças Armadas é recorrente na instituição. Em investigação realizada pelo jornal, entre os anos de 2001 e 2020 mais de 70 inquéritos que investigavam generais, brigadeiros e almirantes foram arquivados no Superior Tribunal Militar (STM). Com base nos dados abertos do STM, um levantamento anterior realizado pelo periódico já havia mostrado que apenas um (1) oficial-general foi punido em cerca de 30 anos. De acordo com a *Folha*, “não existe nem aprofundamento das investigações abertas na caserna nem qualquer tipo de punição na Justiça” àqueles que cometem infrações pelos mais diversos motivos. E quando há a instauração de um inquérito policial militar (IPM), este ocorre “intramuros”, ou seja, “os militares são investigados por outros militares”. Em alguns casos, não houve a descrição da patente dos infratores nos documentos; em outros, não houve, sequer, denúncia. Por fim, segundo o jornal, as análises dos inquéritos arquivados entre 2011 e 2020 mostraram que, em média, “a cada dois meses e dez dias [...] um militar de alta patente se [livrou] de punição”. (Folha de S. Paulo - Poder - 18/07/21)

4- “Teto duplo” de Portaria do Ministério da Economia concedeu tratamento privilegiado a militares no governo
De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o projeto de lei (PL) nº 6.726/2016, que retornou ao Senado Federal, prevê a contenção “da farra dos supersalários”, mas não inclui militares da reserva e aposentados. A Portaria nº 4.975 do Ministério da Economia, de 29/04/21, instaurou o chamado “teto duplêx” visando, a princípio, beneficiar médicos, professores e profissionais da saúde que a despeito de possuírem dois trabalhos recebiam apenas por um. Todavia, a Portaria acabou por produzir um “aumento de despesas em momento de pandemia”, reavivando discussões em torno do PL nº 6.726/2016, entendido como uma forma de conter tais remunerações exacerbadas. Uma dessas onerosas remunerações foi a do “tratamento privilegiado” dado aos militares que compõem o primeiro escalão do governo, que viram um aumento de até 69% em seus ganhos com a aprovação da Portaria. Porém, ainda que o PL nº 6.726/2016 busque conter a “farras com o dinheiro público”, este não atinge a ala militar do governo nem seus aumentos, já que o acúmulo de cargos, empregos e funções públicas na administração por servidores e militares inativos não é vedado no projeto de lei. Segundo o jornal, para impor limites a acúmulos de militares do governo e servidores inativos, três emendas à Proposta de Emendas à Constituição (PEC) da reforma administrativa foram submetidas pela bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) buscando, também, “impedir a excessiva militarização de cargos civis”. (Correio Braziliense - Economia - 18/07/21)

5- Jornal lembrou crise entre militares e filho do presidente a respeito de software de espionagem no Brasil

A partir da divulgação de que diversos governos ao redor do mundo fizeram uso do software israelense Pegasus para espionar celulares ilegalmente de diversos setores da sociedade civil, a *Folha de S. Paulo* fez um remonte de uma crise ocorrida entre o vereador Carlos Bolsonaro, filho do presidente da República, Jair Bolsonaro, e os militares. Primeiramente, vale a explicação de que o Pegasus é o malware, ou seja, ele foi criado para infectar computadores e celulares sem que o usuário aja de forma descuidada na internet. Desse modo, o software consegue extrair conteúdo sigiloso, como mensagens, fotos e e-mails. Sobre a crise, em maio de 2021, o vereador teria tentado articular a compra do Pegasus paralelamente e sem o aval de órgãos do governo controlado por militares, como o Gabinete de Segurança Institucional, comandado pelo general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), chefiada por Alexandre Ramagem Rodrigues, excedendo assim os limites de atuação do ofício de vereador de Carlos Bolsonaro. (*Folha de S. Paulo - Mundo - 19/07/21*)

6- Especialistas comentaram a “PEC Pazuello”, que busca limitar militares em cargos civis

Em uma entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o cientista político Octavio Amorim Neto comentou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que propõe limitar institucionalmente a presença de militares em cargos civis, apelidada de “PEC Pazuello”. Primeiramente, o entrevistado disse que o projeto é uma “grande oportunidade” para o Legislativo “reafirmar suas prerrogativas relativas à defesa nacional e às Forças Armadas” e para restabelecer o controle civil sobre os militares, o qual, na visão de Amorim Neto, foi perdido com o início da Presidência da República de Jair Bolsonaro, em 2018. Além disso, ele completou que a PEC poderia ser uma ajuda vinda do poder civil às Forças Armadas, promovendo um descolamento do “redemoinho bolsonarista” que elas não teriam condições de fazerem sozinhas por sua forte conexão com o presidente. Sobre a repercussão da PEC entre os militares, Amorim Neto disse crer que os oficiais no topo da carreira irão apoiá-la discretamente, sendo que a aprovação do texto traria uma “enorme sensação de alívio”, por promoverem o desengajamento que elas autonomamente não são capazes de concretizar. Já sobre o apoio das três Forças à participação de militares da ativa em cargos civis, o cientista político disse não ter “evidências sólidas” para formar uma resposta decisiva, mas afirmou que tem “a impressão” de que a maioria dos membros das Forças Armadas é contrária ao Alto Comando e apoia a participação dos seus pares da ativa em cargos civis. A respeito das consequências internas desse tipo de participação para as Forças, Amorim Neto disse que, primeiramente, elas deixariam de se dedicar exclusivamente a sua função primordial, a defesa nacional, em prol de ofícios desconexos “com a profissão das armas”, o que poderia acarretar em “uma perda de eficiência” da política de defesa. Adicionalmente, o cientista político também implicou que os cadetes e jovens oficiais teriam “uma visão distorcida do futuro da profissão”, já que aspirariam ofícios como o gabinete civil da Presidência da República ou o papel de Ministros de Estado, ao invés de se profissionalizarem como generais,

almirantes ou brigadeiros especializados em guerra. Assim, ele conclui que “o pretorianismo e a fraqueza militar” são “irmãos siameses” que iriam continuamente se perpetuando. Além disso, o *Estado* também questionou sobre como é a participação de militares da ativa em cargos civis em outros países, ao que Amorim Neto respondeu que nos Estados Unidos e na grande maioria da América Latina tem-se limitações ou proibições a esse tipo de participação, sendo o Brasil e a Venezuela as únicas exceções. Quando o jornal questionou sobre como um novo governo civil e não bolsonarista lidaria com a desmilitarização do governo, o entrevistado respondeu que iria depender do capital político gerado na campanha presidencial de 2022 pelo candidato vitorioso. Concluindo também que os candidatos não bolsonaristas devem prometer de forma explícita ao eleitorado que vedarão a participação de militares em cargos civis, completando que esses já o deveriam começar a fazer agora, apoiando a PEC, para assim facilitar a desmilitarização pós-eleição. A respeito da necessidade de mudanças no ordenamento jurídico que vão além da PEC para evitar a participação de militares em áreas civis e na política, Amorim Neto disse que ela existe e citou a proposta de José Murilo de Carvalho de reformar o artigo 142 da Constituição Federal para eliminar “à garantia dos poderes constitucionais” do texto, para assim determinar firmemente o papel constitucional das Forças Armadas na República, sem abrir futuras margens para interpretações mais amplas. Por fim, o *Estado* questionou se as manifestações dos chefes das Forças contra a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19 e a entrevista do comandante da Aeronáutica na qual fez uma suposta “ameaça velada” não seriam uma tentativa dos militares de tentar permanecer no governo, para o qual Amorim Neto respondeu que não, sendo na verdade essas manifestações “sinais de desespero” pela “situação política periclitante do governo”, a qual certamente irá impactar as Forças Armadas. Já a jornalista e comentarista Eliane Cantanhêde, dissertou sobre a PEC em coluna para o periódico *O Estado de S. Paulo*, ressaltando que as “forças armadas devem lealdade ao País, ao Estado, não a presidentes que vêm, vão e fazem muito mais besteiras do que deveriam”. Segundo Cantanhêde, o general Luiz Eduardo Ramos, então chefe da Casa Civil, fez uma ligação, para a deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC) evidenciando seu apoio à PEC, e assim como ele, outros generais e oficiais demonstram apoio, além da grande aderência no Congresso - obteve 189 assinaturas, apesar de precisar de 171 - e da sociedade - “segundo o Datafolha, 58% dos entrevistados são contra militares da ativa em cargos civis e 62%, contra a participação deles em atos políticos”. A jornalista avaliou que ainda há pressões para que se acrescentem outras limitações na PEC, por exemplo para determinar que militares que disputem cargos eletivos passem automaticamente para a reserva. A jornalista considerou que a PEC surgiu em um momento ideal, citando dados do site Poder 360, que estima que 8.450 militares da reserva participam da administração, se dispondo ao uso de Bolsonaro, bem como a marca das Forças Armadas, ao se referir como “meu exército”, sugerindo um possível golpe e exigindo lealdade extrema de generais e oficiais envolvidos. (*O Estado de S. Paulo - Política - 19/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 20/07/21*)

7- Militares serão investigados por irregularidades em licitações

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou no dia 14/07/21 que fosse aberta uma investigação para apurar a conduta de militares do Exército e da Aeronáutica que supostamente teriam tentado favorecer uma empresa na licitação de compra de móveis de escritório. O relator do caso foi Benjamin Zymler e as licitações investigadas envolvem o Grupamento de Apoio de Barbacena (unidade da Aeronáutica) e a 11ª Brigada de Infantaria Leve do Exército, sendo que no primeiro, estima-se o valor de pouco menos de R\$1 milhão e, no segundo, poderia chegar a R\$120 milhões. Além das similares acusações, as empresas envolvidas nas duas compras são as mesmas, têm os mesmos donos e se localizam em Brasília, a Forma Office e a Forma Style, que vendem mobiliário de escritório. As compras para o caso do Exército datam desde 2019 e para a Aeronáutica, 2020. Além disso, o TCU também suspeita que, pelo excesso de critérios nos editais da compra, tenha havido favorecimento dessas empresas na licitação, além de apontar indícios que a Forma Office tenha se envolvido na escrita do edital junto à unidade do Exército. O *Estado* informou que tentou contatar o Ministério da Defesa e a empresa Forma Office para questionar sobre as investigações; porém não obteve respostas conclusivas. A Defesa respondeu que havia enviado os questionamentos às respectivas Forças, em um contato direto com o Comando da Aeronáutica. No entanto, o *Estado* foi informado que a Força não pretende se pronunciar na imprensa enquanto o processo estiver em apuração. Por fim, o jornal ressaltou que Zymler, apesar de reconhecer riscos de danos ao erário, permitiu que as contratações continuassem, já que uma nova licitação poderia acarretar em maiores custos que os já acarretados. Sobre os investigados, no caso da Aeronáutica, o jornal ressaltou que dois deles têm a patente de coronel. (O Estado de S. Paulo - Política - 19/07/21)

8- Segundo colunista, ex-presidente do Superior Tribunal Militar é crítico do governo

Em uma coluna escrita por Marcelo Godoy ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o jornalista discutiu artigos do ex-presidente do Superior Tribunal Militar (STM), o tenente-brigadeiro Sérgio Xavier Ferolla. Godoy avaliou que textos, artigos e colunas escritas pelo militar que abordam a pandemia da covid-19 no Brasil contam com muito pesar pelos mortos e com críticas à condução da crise sanitária. A partir disso, Godoy ressaltou que Ferolla tem sido um militar crítico ao governo do presidente da República, Jair Bolsonaro, dizendo que ele causou uma animosidade entre os Três Poderes e isolou internacionalmente o país, retratando as falas e ações do presidente ao longo da pandemia como “quixotescas”, “idiotas”, demagógicas” e “psicóticas”. Godoy teceu elogios à Ferolla, dizendo que ele “tem autoridade”, “sempre conservou a gravidade que a patente lhe confere” e tratou com “dignidade o posto”. Sobre os colegas militares que apoiaram e ainda apoiam Bolsonaro, Godoy descreveu que Ferolla vê neles uma tentativa de descolamento do presidente de seus filhos, especialmente o senador Flávio Bolsonaro, e de construção da figura de um homem idealista, comparável a Dom Quixote: “como se os ataques à democracia fossem folclóricas cargas contra moinhos de vento”. Godoy também citou “um general muito ativo em São Paulo” que defende o presidente e simpatiza com suas reclamações e queixas, imputando críticas a “civis interesseiros, como se a farda

fosse suficiente para erguer o soldado acima de seu povo”, além de concordar com os ataques de Bolsonaro a “Inimigos imaginários”, complementando a comparação com Dom Quixote. Sobre a política de imunização contra a covid-19 do mandatário e a gestão o general e ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello na pasta, Godoy ressaltou que Ferolla não se intimida em criticar o colega militar, principalmente o modo com que o governo lidou com a compra de vacinas e dizendo que o general “degradava a patente” pela sua submissão e lealdade a Bolsonaro. Ferolla também culpou o coronel Élcio Franco, ex-funcionário do Ministério da Saúde, pela má gestão da pandemia, dizendo que ele, Pazuello e Bolsonaro tentaram sabotar a vacina coronaVac pensando nas eleições de 2022. A imagem de Pazuello dentro das Forças Armadas é dividida, tendo um grupo ressentido com o ex-ministro por sua intromissão na política. Além disso, sobre as ameaças à democracia cometidas por Bolsonaro usando as Forças Armadas, Ferolla as vê como “delírios psicóticos” que tentam “ludibriar civis e militares sobre irreal apoio da caserna”. Para Ferolla, Pazuello e os militares próximos ao governo levaram “as Forças Armadas ao picadeiro do circo mambembe”. Por fim, Ferolla clamou que o Comando das Forças Armadas mantenha-se distante de Bolsonaro e não compactue com os desvios do presidente; além disso, elogiou a “PEC Pazuello”, que busca afastar militares de cargos civis, vendo-a não como “uma ofensa à farda”, mas uma “correção de um erro”, completando com a fala de Aldo Fagundes, ex-ministro do STM e ex-deputado constituinte recém falecido: “a farda [...] é um fardo insuportável para aquele que não compreendeu a missão para qual prestou juramento solene” (O Estado de S. Paulo - Política - 19/07/21)

9- General comenta desgaste na imagem das Forças Armadas

O general Otávio Santana do Rêgo Barros, em coluna opinativa para o jornal *Correio Braziliense*, comentou o desgaste institucional e a “crise de imagem” das Forças Armadas, principalmente do Exército. O general relatou um levantamento que realizou nas capas dos principais jornais, identificando a exposição das Forças Armadas e prejuízos à imagem da instituição. Segundo ele, “Há muitos anos não se tem uma fotografia tão desfavorável e insistentemente divulgada nos mais diversos meios de imprensa. Uma crise de imagem se caracteriza por uma ampla exposição negativa durante muitos dias”. O general destacou que a causa do desgaste não está na imprensa, uma vez que esta, acertando ou errando, é “a fortaleza da democracia e para alertar os desvios de toda ordem”. Por fim, Rêgo Barros defendeu o afastamento das Forças Armadas do ambiente político-partidário, avaliando que a instituição sempre esteve pronta para participar da construção do país, “desde que nossos movimentos se alinhassem com o regramento constitucional”. (Correio Braziliense - Política - 21/07/21)

10- Ministério Público Federal reuniu provas de que militares e agentes da Abin furaram a fila da vacinação, com aval da Defesa

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, provas reunidas pelo Ministério Público Federal (MPF) mostram que o Ministério da Defesa agiu para que todos os militares da ativa das três Forças lotados em Brasília fossem vacinados como grupo prioritário. A iniciativa, segundo o MPF, contraria notas técnicas do Ministério da Saúde que ordenaram uma fila de vacinação diante da insuficiência

de imunizantes contra a covid-19. Segundo a *Folha*, 100% dos efetivos de Exército, Aeronáutica e Marinha no Distrito Federal (29.671 homens e mulheres) foram incluídos como prioridade na fila de vacinação, com aval do Ministério da Saúde, sem que fosse levado em conta o critério de que os priorizados devem ser profissionais na linha de frente do combate à pandemia. O inquérito apontou que lotes de vacinas foram destinados com exclusividade às Forças Armadas, com participação do Quartel-General do Exército, a quem coube executar a vacinação dos militares. Segundo a procuradora da República Ana Carolina Roman, responsável pelas investigações, as notas técnicas do Ministério da Saúde "estão bastante claras": devem ser contemplados como prioritários somente os que estão envolvidos no combate direto à pandemia. O quantitativo de pessoal na linha de frente, informado no plano inicial, é de 6.753 pessoas. Contudo, em 20/06/21, 19.651 membros das forças haviam sido vacinados, ou 291% do total, conforme os números repassados ao MPF. Ainda segundo a *Folha*, o Exército envolveu-se diretamente na vacinação dos membros da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), imunizando 130 agentes sem a aprovação dos técnicos do Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Ministério da Saúde. O MPF constatou que uma lista sigilosa com nomes foi destinada diretamente ao Exército. Desta forma, os funcionários da agência seriam vacinados de forma privilegiada, da mesma maneira que os militares da ativa. O MPF investiga hipótese de todos eles terem furado a fila de vacinação, em vista do desrespeito às normas técnicas traçadas pelos membros do PNI, que objetivavam manter um fluxo de imunização de grupos prioritários. Em relação aos membros da Abin, Caroline Gava, técnica da PNI, em reunião com a procuradora Ana Carolina Roman e com a também técnica do PNI, Thaís Minuzzi, explicou que os profissionais não estariam contemplados. Osnei Okumoto, secretário de Saúde do Distrito Federal, em ofício ao MPF, buscou explicar o porquê da vacinação dos membros da Abin. Segundo ele, à vista do risco epidemiológico ocasionado pelo trabalho exercido pelos profissionais, o pleito de vacinação é justificável. Para Roman, a imunização dos membros da Abin desrespeitou as normas técnicas elaboradas pelo Ministério da Saúde, que classifica como grupo prioritário os militares das Forças Armadas e da força de segurança que estão na linha de frente no combate à pandemia. Segundo a *Folha*, jovens militares de 22 anos já foram convocados para a vacinação, enquanto a campanha de imunização para a população está estagnada nos 40 anos. Alexandre Ramagem, diretor-geral da Abin, declarou que a vacinação dos servidores atendeu a uma "iniciativa exclusiva" da Associação Nacional dos Oficiais de Inteligência. (Folha de S. Paulo - Saúde - 21/07/21; Folha de S. Paulo - Saúde - 22/07/21)

11- Jornais apontam demissão de general Ramos da Casa Civil

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, frente à queda de popularidade e enfraquecimento do governo, o presidente da República, Jair Bolsonaro, promoveria uma reforma ministerial e, entre as mudanças, cogita-se a demissão do general da reserva Luiz Eduardo Ramos, ministro da Casa Civil, nomeando Ciro Nogueira para o cargo. O jornal avaliou que, com a alteração, Bolsonaro aproxima-se ainda mais do chamado centrão. Segundo a *Folha de S. Paulo*, Bolsonaro e seus auxiliares mais próximos já teceram duras críticas ao centrão, a exemplo do general Augusto Heleno, que antes de assumir o Gabinete de

Segurança Internacional, em um ato partidário, declarou em canção: "Se gritar pega centrão, não fica um meu irmão". A *Folha* avaliou que o governo deu lugar ao pragmatismo em nome da governabilidade e que a mudança em seu discurso eleitoral indica um afastamento dos militares do núcleo decisório do governo. Conforme o periódico *O Estado de S. Paulo*, Ramos, considerado um dos mais leais apoiadores e amigo de Bolsonaro, alegou que não estava ciente das mudanças. Porém, o jornal avaliou que a saída do general da Casa Civil não indica um afastamento do governo, uma vez que se cogitava sua ida para a Secretaria-Geral da Presidência. Ainda conforme *O Estado*, a situação de Ramos é delicada, visto que abriu mão de ser Comandante Militar do Leste, no Rio de Janeiro, e passou para a reserva exatamente para ocupar um cargo relevante no governo. Apesar de alegar não saber sobre a mudança, Ramos declarou que irá cumprir a "missão" que lhe for designada. (Correio Braziliense - Poder - 22/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 22/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 22/07/21)

12- Ministro da Defesa adverte que, sem voto impresso, não haverá eleição em 2022

Em uma série de matérias, os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* discutiram movimentações do general e ministro da Defesa Walter Braga Netto. Primeiramente, no dia 20/07/21, o *Correio* reportou que, em evento de homenagem a Santos Dumont, patrono da Aeronáutica, em uma base da Força Aérea Brasileira (FAB) em Brasília, o ministro discursou que o Brasil precisa de "homens públicos com coragem moral e ética", lembrando de figuras heroicas do passado. Braga Netto também afirmou que "verdadeiro e Supremo soberano é o povo brasileiro", além de assegurar que as Forças Armadas sempre estarão ao lado do povo brasileiro e da preservação dos "valores nacionais" e da estabilidade nacional. Além disso, o *Correio* ressaltou que a fala esteve dentro do contexto de tensão entre as Forças Armadas e a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19, após alegações de corrupção cometida por militares. Segundo *O Estado*, Braga Netto, teria mandado um recado ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), por meio de um interlocutor político, alegando que as eleições de 2022 somente ocorreriam mediante a aprovação do voto impresso, ao qual Lira teria procurado o Presidente da República, Jair Bolsonaro, e respondido que não participaria de nenhuma ruptura institucional. A *Folha* comunicou que, em nota, Braga Netto negou a informação, argumentando que não se comunica com presidentes de outros Poderes por meio de terceiros. Na mesma nota, Braga Netto afirmou que as Forças Armadas irão sempre atuar nos limites da Constituição e voltou a defender o voto impresso, bandeira do bolsonarismo, dizendo que o povo deseja transparência e legitimidade nas eleições e que a discussão acerca do voto impresso auditável é legítima nesse viés. Lira desmentiu o ocorrido ao ser questionado pela *Folha*, mas em comunicado em rede social não desmentiu as ameaças. Segundo o jornal, Lira dissipou a crise ao dizer que "As últimas decisões do governo foram pelo reconhecimento da política e da articulação como único meio de fazer o país avançar", se referindo às recentes mudanças ministeriais realizadas por Bolsonaro. O presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Luís Roberto Barroso, afirmou ter conversado com Lira e Braga Netto e disse que ambos desmentiram qualquer ameaça às

eleições. O vice-presidente da República, Hamilton Mourão (PRTB), também comentou o ocorrido: "É lógico que vai ter eleição. Quem é que vai proibir eleição no Brasil? Por favor, gente. Nós não somos república de banana", acrescentando que não há espaço para um regime autoritário. Mesmo assim, Mourão continuou a defender o voto impresso e atualizações no sistema eleitoral brasileiro. Tais movimentações não repercutiram bem entre parlamentares, juízes e instituições. O *Correio* afirmou que a negativa de Braga Netto não foi suficiente para convencer o meio público que o ministro não havia ameaçado as eleições. Segundo apuração da *Folha*, Gilmar Mendes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), reiterou que as Forças Armadas devem respeitar o debate sobre a urna eletrônica, para que ele ocorra em meios institucionais, de modo a não haver "coaçoões autoritárias armadas". Deputados e senadores acreditam que a atitude de Braga Netto na pasta da Defesa tem sido demasiada subserviente, e que o ocorrido aumentará a adesão contrária ao voto impresso, tanto na Câmara quanto nas ruas, mas não acreditam que Bolsonaro irá diminuir a participação militar em sua gestão. Além disso, segundo *O Estado*, partidos se articularam para derrubar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do voto impresso, e diversas manifestações em defesa da democracia foram comunicadas, assim como a demanda pela convocação do Ministro da Defesa para prestar esclarecimentos. O ministro do STF, Edson Fachin, também se pronunciou, dizendo que o sistema eleitoral "encontra-se desafiado pela retórica falaciosa, perversa, do populismo autoritário". (*Correio Braziliense* - Política - 20/07/21; *Correio Braziliense* - Política - 23/07/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 23/07/21; *O Estado de S. Paulo* - Política - 23/07/21)

13- Colunistas comentaram gestão de Braga Netto no Ministério da Defesa e relação de Bolsonaro com militares

Em coluna opinativa para o *Correio Braziliense*, o jornalista Luiz Carlos Azedo comentou que o ministro da Defesa, Walter Braga Netto, tem buscado alinhar as Forças Armadas aos objetivos políticos do presidente Jair Bolsonaro, muitas vezes extrapolando suas atribuições, opinando em assuntos que não dizem respeito à pasta da Defesa. Segundo Azedo, evidencia-se na suposta ameaça de condicionar as eleições de 2022 à aprovação do voto impresso uma tática de desinformação. Ele diz que "esse morde-assopra é uma tática conhecida de contrainformação, que os militares utilizam em tempos de guerra, para testar suas cadeias de comando e a capacidade de resistência do inimigo". O jornalista Igor Gielow, em coluna opinativa para a *Folha de S. Paulo*, afirmou que nesse ocorrido, o centrão saiu vitorioso, se afirmando como defensor da democracia e dando um passo na direção de desalojar os militares do cerne do governo Bolsonaro. O diretor de opinião do periódico *O Estado de S. Paulo*, Antonio Carlos Pereira, sinalizou em coluna opinativa que a defesa do voto impresso por Bolsonaro é uma manobra de antecipação, a fim de desqualificar possíveis resultados adversos nas eleições de 2022. Além disso, Pereira teceu críticas aos militares, por se deixarem usar pelo presidente, e ao centrão, por continuar a apoiar o presidente à medida que lhe são concedidos benefícios. Em coluna opinativa para *O Estado de S. Paulo*, a jornalista e comentarista Eliane Cantanhêde reforçou que à medida que o centrão avança no governo Bolsonaro, o Ministério da Defesa se torna uma fortaleza a favor do presidente. Por outro lado, Cantanhêde avaliou que as desfeitas de Bolsonaro contra militares e a

favor do centrão podem deixar Forças Armadas irritadas e se sentindo traídas. (Correio Braziliense - Política - 23/07/21; Folha de S. Paulo - Poder - 23/07/21; O Estado de S. Paulo - Política - 23/07/21)

14- Tenente da reserva do Exército ameaça indígenas isolados no Amazonas
Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o coordenador da Fundação Nacional do Índio (Funai) no Vale do Javari, estado do Amazonas, tenente da reserva do Exército Henry Charles Lima da Silva, incitou a violência entre o povo marubo e os indígenas isolados da região. Em áudio apurado pela *Folha*, Henry disse que os indígenas isolados estão saindo de seu território para cometer delitos e ameaçar o povo marubo, dando aval ao povo marubo de atirar contra indígenas isolados em supostos confrontos. O aparecimento de indígenas isolados nessa região está sendo investigado pela Frente de Proteção Etnoambiental do Vale do Javari. Segundo a *Folha*, no áudio, Henry parece não conhecer de fato as populações a que se refere. Por meio de assessoria de imprensa, a Funai afirmou que a posição oficial da instituição não está de acordo com a fala de Henry, e ressaltou que “acompanha atentamente os relatos dos marubos do rio Ituí em relação à presença de índios isolados no entorno de suas aldeias, bem como tem envidado todos os esforços para evitar qualquer conflito interétnico na região”. Além disso, a Funai resalta que atua a fim de mediar conflitos, reduzir tensões e formular estratégias para apaziguar as relações entre diferentes povos indígenas. Segundo a subprocuradora-geral da República e coordenadora da 6ª Câmara (populações indígenas e comunidades tradicionais), Eliana Torelly, o caso é muito preocupante, agravado pelo fato do tenente da reserva ter utilizado a omissão estatal para promover um conflito armado que pode acabar em massacre. (Folha de S. Paulo - Poder - 23/07/21)

15- Ministério da Defesa inaugura antena de fiscalização ambiental
Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o Ministério da Defesa completou a instalação de uma nova antena multi satélite, em Formosa, estado de Goiás, a fim de ampliar e modernizar a fiscalização ambiental em todo território nacional. Segundo o ministro da Defesa, Walter Braga Netto, a antena possibilitará o compartilhamento de dados dos satélites operados pela Força Aérea Brasileira (FAB) e pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (Inpe) aos órgãos de fiscalização ambiental, em tempo real. Essa nova tecnologia permite que as imagens não precisem sair do território para depois serem enviadas ao Brasil, de modo que todos os órgãos governamentais terão acesso às imagens e dados do equipamento. Por outro lado, a diretora de Ciência do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), Ana Alencar, alertou que, “Esses dados precisam virar ações e as pessoas precisam começar a entender que existe uma governança ambiental e que há punição para quem comete crimes ambientais”. (Correio Braziliense - Brasil - 23/07/21)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Beatriz Grasiano Campos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Davi Campos Matos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBEX); Débora Cruz Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gabriela Araujo da Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giovanni Nunes de Aguiar (Redator, graduando em Relações Internacionais); Giovanna Palas Soares Santos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gislaine Amaral Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Grazielly Dourado Santos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Isadora Antunes Botelho (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leticia Beneves (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Leonardo Pontes Vinho (Redator, graduando em Relações Internacionais); Lucas Rizzati Iquegami (Redator, graduando em Relações Internacionais); Rodrigo Freitas de Souza (Redator, graduando em Relações Internacionais); Thalia Cristina Vieira Lima (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).